

RECURSO ESPECIAL Nº 1.795.108 - PE (2019/0037609-3)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : ALANIZE TAVARES MUNIZ
ADVOGADOS : ANTONIO PAULO TADEU NUNES E OUTRO(S) - PE040946
EMÍLIA REGINA BATISTA FLORENTINO DA SILVA -
PE041075

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE TERCEIRO. FRAUDE À EXECUÇÃO CARACTERIZADA. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região cuja ementa é a seguinte:

EMENTA: TRIBUTÁRIO. PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIRO. ALIENAÇÃO SUCESSIVA DE IMÓVEL. BOA-FÉ DO ADQUIRENTE. FRAUDE À EXECUÇÃO. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTE DESTA CORTE.

1. Trata-se de apelação interposta por ALANIZE TAVARES MUNIZ contra sentença proferida pelo Juízo da 11ª Vara Federal/PE, que, reconhecendo a ocorrência de fraude à execução, julgou improcedentes os embargos de terceiro.

2. No julgamento do REsp nº 1.141.990/RS, pela sistemática do art. 543-C (atual 1.036) do CPC, o Superior Tribunal de Justiça assentou: 1) em face do princípio da especialidade, a Súmula nº 375 não se aplica às execuções fiscais; 2) a alienação engendrada até 08.06.2005 exige que tenha havido prévia citação no processo judicial, para caracterizar a fraude de execução, bem como que, se o ato translativo foi praticado a partir de 09.06.2005, data de início da vigência da Lei Complementar n.º 118/2005, basta a efetivação da inscrição em dívida ativa para a configuração da fraude; 3) a fraude de execução, diversamente da fraude contra credores, opera-se *in re ipsa*, vale dizer, tem caráter absoluto, objetivo, dispensando o *concilium fraudis*.

3. *In casu*, consoante anotado na sentença, a alienação do bem imóvel penhorado teria ocorrido em 21/09/2016 (id. 4058300.4199502), depois da inscrição do débito em Dívida Ativa da União em 28/01/2005.

4. A princípio, restaria presumida a fraude à execução, conforme o art. 185 do CTN, com a redação dada pela LC nº 118/05, uma vez que o coexecutado, Valdemir Batista, ciente da existência dos débitos fiscais contra si, estaria alienando bem de sua propriedade para, supostamente, evadir-se do pagamento de tributos. Contudo, para o deslinde da controvérsia, assumem relevo as circunstâncias peculiares do caso concreto, capazes de afastar o alegado caráter fraudulento à execução. Senão vejamos: o imóvel em litígio foi objeto de sucessivas alienações por meio de substabelecimento de procuração, instrumentos que, a meu ver, são

suficientes para indicar a transferência da posse do imóvel, uma vez que, dentre os poderes neles conferidos, outorgam-se os de transmitir direito, domínio e posse, estipular o preço, responder pela evicção, sem prestação de contas sobre o bem, caracterizando verdadeiro negócio jurídico translativo de direitos, e não uma mera procuração autorizativa de representação.

5. No caso, a primeira alienação ocorreu em 02/12/1988 entre o coexecutado, Valdemir Batista, e Maria Inês Albanes Ferreira de Albuquerque. A última alienação ocorreu em 10/03/2011 entre Valdete Pereira de Oliveira e Adilson Vieira Muniz, genitor da apelante, conforme recibo de compra e venda, com reconhecimento de firma na mesma data, e extrato bancário comprovando o saque para pagamento do preço do imóvel. Tais documentos demonstram que o coexecutado já havia alienado o imóvel antes mesmo do ajuizamento do feito executivo, mas ainda não averbada em cartório de registro de imóveis, o que ocorreu, posteriormente, em 21/09/2016, tendo o coexecutado (Valdemir Batista) comparecido ao Cartório apenas para colaborar com a regularização do imóvel.

6. Ademais, a apelante demonstrou que tomou todas as precauções de praxe antes de realizar a compra do imóvel, requerendo, inclusive, a certidão de ônus reais no Cartório de Registro de Imóveis emitida em 19/10/2010, atestando que o imóvel encontrava-se livre e desembaraçado de todos e quaisquer ônus, situação que permaneceu inalterada, conforme nova certidão expedida em 06/04/2018.

7. Esta Corte registra precedente no sentido de que "No caso de alienações sucessivas de imóveis, não é razoável exigir do último comprador que investigue toda a cadeia dominial do imóvel, em busca de certidões negativas dos proprietários anteriores, bem como que tenha conhecimento de execução fiscal em detrimento de empresa do sócio contra o qual foi redirecionado o feito, sendo suficiente que a última compra tenha seguido todos os trâmites legais." (00017003320154058302, AC594905/PE, Des. Fed. Carlos Rebêlo Júnior, 3ª Turma, DJE 09/01/2018).

8. Portanto, demonstrado nos autos que a apelante adquiriu o bem amparado pela boa-fé e não tendo sido constatada a existência de fraude à execução na aquisição do imóvel, é de rigor a reforma da sentença para julgar procedente os presentes embargos, reconhecendo ilegítima a penhora realizada nos autos da execução fiscal.

9. Apelação provida para, reformando a sentença, desconstituir a penhora incidente sobre o bem imóvel descrito na inicial.

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos para fins de fixar honorários advocatícios, em desfavor da Fazenda Nacional, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, § 3º, I, c/c § 4º, III, do CPC/2015.

No recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, a recorrente alega violação aos arts. 185 do CTN e 1.245 do CC, asseverando que: a) "é fato incontroverso que a alienação do bem imóvel penhorado teria ocorrido em 21/09/2016 (id. 4058300.4199502), depois da inscrição do débito em Dívida Ativa da União em 28/01/2005 (id. 4058300.4377816)" (fl. 256); b) "as procurações anteriormente outorgadas pelo proprietário, que concediam autorização para a venda do imóvel penhorado, não têm o condão de transferir a propriedade do imóvel, uma vez que não houve registro de títulos translativos no Registro de Imóvel" (fl. 256); c) "para a

caracterização da fraude à execução basta alienação da coisa depois de inscrita a dívida, não sendo mais necessária que seja iniciada a execução fiscal, como antes previsto, sendo os atos de alienação ineficaz perante a União (Fazenda Nacional)" (fl. 262); d) "não há que se falar em boa-fé, porque o caso envolve apenas falta de cautelas mínimas pelo adquirente, que, em face de sua própria conduta, assumiu os riscos decorrentes da aquisição nas condições descuidadas com que foi feita" (fl. 263); e e) "em face do caráter público da inscrição em dívida ativa, deve ser declarada a ineficácia da alienação realizada, porquanto caracterizadora de fraude de execução" (fl. 265).

Em suas contrarrazões, a recorrida pugna pelo não provimento do recurso.

O recurso foi admitido pela decisão de fls. 279/281.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Verifica-se que, no caso, *"o acórdão recorrido está em desacordo com a jurisprudência desta Corte no tocante à ocorrência de fraude à execução de bem alienado após a citação do devedor, mesmo no caso da existência de sucessivas alienações"* (AgInt no AREsp 936.605/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 23/11/2016). Isso porque *"a Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.141.990/PR, de relatoria do Ministro Luiz Fux, submetido ao rito dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC), sedimentou o entendimento da inaplicabilidade da Súmula 375/STJ às execuções fiscais e que a alienação efetivada antes da entrada em vigor da LC n. 118/2005 (09.06.2005) presumia-se em fraude à execução se o negócio jurídico sucedesse a citação válida do devedor; posteriormente à 09.06.2005, consideram-se fraudulentas as alienações efetuadas pelo devedor fiscal após a inscrição do crédito tributário na dívida ativa"* (AgRg no REsp 1525041/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 28/08/2015) (grifou-se).

No mesmo sentido, destaca-se:

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE TERCEIRO. FRAUDE À EXECUÇÃO FISCAL. ALIENAÇÃO DE BEM POSTERIOR À CITAÇÃO DO DEVEDOR. INEFICÁCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO REALIZADO APÓS A CITAÇÃO. ART. 185 DO CTN, COM A REDAÇÃO ANTERIOR À LC N. 118/2005. SÚMULA 375/STJ. INAPLICABILIDADE. MATÉRIA SUBMETIDA AO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. SUCESSIVAS ALIENAÇÕES.

1. A Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.141.990/PR, de Relatoria do Min. Luiz Fux, submetido ao rito dos recursos repetitivos, nos termos do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ, consolidou entendimento segundo o qual não se aplica à execução fiscal a Súmula 375/STJ: "O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente".

2. A caracterização da má-fé do terceiro adquirente ou mesmo a prova do conluio não é necessária para caracterização da fraude à execução. A natureza jurídica do crédito tributário conduz a que a simples alienação de

bens pelo sujeito passivo por quantia inscrita em dívida ativa, sem a reserva de meios para quitação do débito, gera presunção absoluta de fraude à execução, mesmo no caso da existência de sucessivas alienações.

3. Hipótese em que muito embora tenha ocorrido duas alienações do imóvel penhorado, a citação do executado se deu em momento anterior à transferência do bem para o primeiro adquirente e deste para ora agravante, o que, de acordo com a jurisprudência colacionada, se caracteriza como fraude à execução fiscal.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 135.539/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/12/2013, DJe 17/06/2014)

Na hipótese, merece reforma o acórdão recorrido para que seja reconhecida a ocorrência de fraude à execução, com a consequente inversão dos ônus sucumbenciais.

Diante do exposto, com base no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator